

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Licenciatura em História



Trabalho de Conclusão de Curso

Anos de chumbo: a abordagem dos livros didáticos sobre a ditadura civil-militar no Brasil antes e depois da criação da Comissão Nacional da Verdade

Franklin Donatello Rosa da Silva

Pelotas, 2022

Franklin Donatello Rosa da Silva

Anos de chumbo: a abordagem dos livros didáticos sobre a ditadura civil-militar no Brasil antes e depois da criação da Comissão Nacional da Verdade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Professora Doutora Alessandra Gasparotto

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S586a Silva, Franklin Donatello Rosa da

Anos de chumbo : a abordagem dos livros didáticos sobre a ditadura civil-militar no Brasil antes e depois da criação da Comissão Nacional da Verdade / Franklin Donatello Rosa da Silva ; Alessandra Gasparotto, orientadora. — Pelotas, 2022.

51 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Livros didáticos. 2. Ditadura civil-militar. 3. Ensino de história. I. Gasparotto, Alessandra, orient. II. Título.

CDD : 907

Franklin Donatello Rosa da Silva

Anos de chumbo: a abordagem dos livros didáticos sobre a ditadura civil-militar no Brasil antes e depois da criação da Comissão Nacional da Verdade

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Banca examinadora:

Professora Doutora Alessandra Gasparotto (Orientadora)
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Doutora Lisiane Sias Manke
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

*“Tu deviens responsable pour toujours de ce que tu as
apprivoisé.”*

Antoine de Saint-Exupéry

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus deuses e as entidades que me trouxeram conforto e estiveram do meu lado durante todos os anos da minha vida, mesmo quando nem eu mesmo percebia.

Agradeço também à minha mãe, Vera Lucia Oliveira da Rosa, que investiu tudo que pode na minha educação e saúde física e mental, sendo a melhor mãe que conseguiu ser. Agradeço aos meus avós maternos, Cleni Oliveira da Rosa e Plotino Adair da Rosa, especialmente minha avó, que foi quem mais me ensinou sobre amor sem precisar dizer sempre tal palavra. Lamento por vocês não estarem mais aqui, mas tenho certeza que, de alguma forma, vocês estão comigo, até mesmo na minha escolha de tema para este trabalho. Ter uma mãe e uma avó sindicalistas me fez muitas vezes refletir sobre como "a luta sempre continua, companheiro" e sobre isso, sou extremamente grato.

Agradeço aos/às meus/minhas camaradas, especialmente a Ana Elisa, por no meio da escuridão ter lembrado de acender a luz (pois sem ela, eu teria trancado o curso em agosto de 2021) e ao Clube das Winx (e todas as amizades que esse clube me trouxe). Obrigado Franc, pelo tempo e a paciência colocados na formatação deste trabalho.

Agradeço à Dracula por ter sido minha companhia nos momentos mais solitários do processo de graduação, incluindo os momentos de ensino a distância.

Agradeço à Sana, minha orientadora, por ter abraçado a mim e ao meu trabalho e confiado em mim quando nem eu estava confiando.

Obrigado também à Professora Doutora Lisiane Manke por aceitar o convite para participar da minha banca examinadora.

Resumo

SILVA, Franklin Donatello Rosa da. **Anos de chumbo:** a abordagem dos livros didáticos sobre a ditadura civil-militar no Brasil antes e depois da criação da Comissão Nacional da Verdade. Orientadora: Alessandra Gasparotto. 2022. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo realizar uma análise sobre a abordagem de livros didáticos selecionados acerca da temática de ditadura civil-militar no Brasil. Foram selecionados e analisados quatro livros didáticos, sendo dois deles destinados ao Ensino Fundamental e dois ao Ensino Médio. Todos os livros foram aprovados para utilização em escolas públicas, através do PNLD, sendo estes: Coleção Araribá 9º ano (2010), Projeto Apoema 9 (2015), História - Volume Único (2011) e Coleção História Sociedade & Cidadania (2016). Durante a seleção das obras, utilizamos a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2012, como marco temporal, sendo assim, dois livros foram produzidos antes de sua instalação e dois foram produzidos depois. Buscamos neste trabalho perceber e analisar quais conceitos são utilizados e como se dá a problematização dos temas relacionados ao período ditatorial e identificar o que deixa de ser trabalhado, apontando quais temáticas são silenciadas dentro das páginas dos livros didáticos selecionados. Pretendemos também investigar se é possível perceber diferenças em relação aos livros publicados antes e depois da CNV e se as descobertas realizadas pela Comissão são contempladas nestes livros.

Palavras- chaves: livros didáticos, ditadura civil-militar, ensino de história.

Abstract

SILVA, Franklin Donatello Rosa da. **Years of Lead**: the approach of textbooks on the civil-military dictatorship in Brazil before and after the creation of the National Truth Commission. Advisor: Alessandra Gasparotto. 2022. 51 f. Final Paper (Degree in History) – Human Sciences Institute, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

This Final Work claims to carry out an analysis on the approach of selected textbooks on the subject of civil-military dictatorship in Brazil. Four didactic textbooks were selected and analyzed, two of them intended for Elementary School and two for High School. All books were approved for use in public schools, through the PNLD, namely: "Coleção Araribá 9° ano" (2010), "Projeto Apoema 9" (2015), História - Volume Único (2011) and Coleção História Sociedade & Cidadania (2016). During the selection of works, we used the National Truth Commission (NTC), created in 2012, as a time frame, so two books were produced before the creation and two were produced afterwards. We seek in this work to understand and analyze which concepts are used and how the issues related to the dictatorial period are problematized and identify what is not worked on, pointing out which themes are silenced within the pages of textbooks. We also intend to investigate if it is possible to perceive differences in relation to the books published before and after the NTC and if the discoveries made by the Commission are contemplated in these books.

Keywords: Didactic Textbooks, Civil-Military Dictatorship, History Teaching.

Lista de Figuras

Figura 01: Capa do livro do Projeto Apoema.	17
Figura 02: Capa do livro da Coleção Projeto Araribá.	18
Figura 3: Parte do sumário do livro da coleção Apoema, mostrando a organização dos conteúdos da obra.	20
Figura 4: Parte do sumário da obra da Coleção Projeto Araribá, demonstrando a organização dos conteúdos.	20
Figura 5: Box “dicionário histórico”, presente na obra do Projeto Apoema.	22
Figura 6: Usos de jornais do período ditatorial pelos livros didáticos.	23
Figura 7: Atividade proposta pelo Projeto Apoema utilizando revelações da CNV.	25
Figura 10: Notícia contando com depoimentos contidos na CNV como base para atividade do Projeto Apoema.	27
Figura 11: Atividade proposta com base em depoimentos contidos na CNV.	28
Figura 12: Página sobre direito à memória e à verdade adicionada na terceira edição da obra do Projeto Araribá, após a criação da CNV.	30
Figura 13: Túmulos dos guerrilheiros da Guerrilha do Araguaia na obra do Projeto Apoema.	32
Figura 14: Único momento em que mulheres recebem uma espécie de “destaque” em relação à resistência à ditadura civil-militar.	33
Figura 15: Parte do sumário do livro “História - Volume Único” onde estão dispostos os conteúdos sobre ditadura civil-militar no Brasil.	35
Figura 16: Página 487 do livro de Azevedo e Seriacopi, fechando o assunto ditadura civil-militar com uma imagem do Comício em prol das Diretas Já.	38
Figura 17: Atividades propostas na página 488.	39
Figura 18: Parte do sumário do livro de Boulos contém uma imagem do período ditatorial brasileiro onde pessoas pediam por eleições diretas.	41
Figura 19: O assunto ditadura civil-militar sendo introduzido na obra da Coleção História Sociedade & Cidadania.	42
Figura 20: Charge de Appe utilizada em atividade.	43

Figura 21: Único momento em que povos indígenas são mencionados no livro da Coleção História Sociedade & Cidadania. 45

Figura 22: Atividade sobre o uso do termo "golpe civil-militar". 45

Sumário

1. Introdução	10
2. “Os anos de chumbo”: uma abordagem da ditadura civil-militar através dos livros didáticos de Ensino Fundamental	18
3. Cale-se: uma abordagem da ditadura civil-militar através de livros didáticos de Ensino Médio	34
4. Considerações Finais	39
5. Bibliografia	40

1. Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso realizará uma análise sobre a abordagem sobre ditadura civil-militar¹ no Brasil nos livros didáticos. Ele tem como objetivo, além de contribuir com as pesquisas sobre o ensino de história e ditadura civil-militar no Brasil, analisar como se dão essas abordagens sobre a temática nos livros didáticos. Busca-se perceber quais conceitos são utilizados nas obras, como se dá a problematização desses temas dentro das obras, como por exemplo, a periodização utilizada pelos autores e autoras para o período ditatorial. Pretende-se também identificar o que deixa de ser trabalhado, apontando quais temáticas são silenciadas dentro das páginas dos livros didáticos selecionados. Além disso, pretendemos identificar e analisar se a abordagem utilizada nessas obras estabelece pontes entre o passado estudado e o tempo presente.

Para a produção deste trabalho, foram selecionados quatro livros didáticos no Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História (LEH)/UFPel, sendo dois deles voltados para o Ensino Fundamental, ambos destinados ao nono ano, um pertencente ao Projeto Apoema (2015), dos autores Renato Mocellin e Rosiane de Camargo e outro pertencente ao Projeto Araribá (2010), de autoria de vários autores. Os outros dois livros didáticos, destinados ao Ensino Médio são “História - Volume Único” (2011) de autoria de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi e o livro pertencente à Coleção História Sociedade & Cidadania, de autoria de Alfredo Boulos Júnior (2016).

A Comissão Nacional da Verdade foi utilizada como marco temporal para a seleção das obras utilizadas, desta forma, um livro dedicado ao Ensino Fundamental e um livro dedicado ao Ensino Médio foi produzido anteriormente à sua criação e instalação e o restante foi produzido posteriormente. A CNV foi utilizada como marco temporal durante a produção deste trabalho, pois a Comissão foi fundamental para o estabelecimento de novas perspectivas e investigações acerca do período ditatorial. Sendo assim, um dos objetivos do presente trabalho é investigar se o material produzido pela Comissão Nacional da Verdade foi incorporado pelos livros didáticos de História mais recentes.

¹ Ao decorrer do presente trabalho, a ditadura que ocorreu no Brasil será referida como ditadura civil-militar. De acordo com Reis (2014), a ditadura ocorrida no Brasil recebe a denominação de ditadura civil-militar por conta do apoio e da participação civil que o golpe e a ditadura tiveram, ainda que os militares estivessem no topo da pirâmide do poder.

Este trabalho será dividido em dois capítulos, sendo o primeiro deles dedicado aos livros destinados ao ensino fundamental e o segundo aos livros destinados ao ensino médio.

Antes de mais nada, convidamos você a embarcar em uma viagem pelas suas lembranças escolares. Você com toda certeza consegue lembrar de pelo menos uma das suas salas de aula, não é mesmo? Você consegue lembrar com carinho das aulas da sua disciplina favorita? Como era a sala de aula fisicamente durante essas aulas? Tente visualizá-la agora... Você lembra de elementos bem específicos, certo? Uma lousa, seja ela branca ou preta, caneta para quadro ou giz... Agora, pedimos que você lembre o máximo que puder da sua mesa (ou “classe” como chamamos no Rio Grande do Sul) e o que mais passava e permanecia por ela. Cadernos, canetas e lápis... e um elemento do qual estaremos falando por várias páginas a seguir: o livro didático.

O livro didático é uma ferramenta utilizada pelo professor/educador, que dispõe os conhecimentos acadêmicos de forma compreensível aos alunos da Educação Básica, tornando-se conhecimento escolar.

Ao falarmos sobre a origem dos livros didáticos, segundo Silva (2012), pode-se afirmar que a origem dos livros didáticos tenha sido na Grécia, quando Platão sugeriu que fossem compostos livros de leitura através de seleção das melhores produções da época. De acordo com Soares (1996, p. 54), “ao longo da história, o ensino sempre se vinculou indissociavelmente a um livro escolar”, dando como exemplo, livros religiosos, abecedários, dentre outros.

Em questão de temporalidade, de acordo com Bittencourt (2013), o livro didático está presente no cotidiano escolar brasileiro há mais de dois séculos, começando com os manuais franceses sendo ora trazidos, ora traduzidos, para uso didático das elites liberais do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Segundo a autora, no Brasil, os livros didáticos começaram a ser produzidos no século XIX, com o intuito de serem utilizados nos colégios de nível secundário em capitais das províncias do Império. Após a Independência do Brasil, surgiram as editoras e os livros ainda eram inspirados em outros países, tendo também interferência da Igreja Católica. Ainda segundo Bittencourt (1993), a história dos livros didáticos está vinculada à história da educação no Brasil.

Na atualidade, os livros didáticos normalmente são divididos entre livros de alfabetização, Ciências (Exatas, Humanas, Biológicas) e Línguas. No Brasil, os livros didáticos são padronizados pelo PNLD² (Programa Nacional do Livro e do Material Didático). De acordo com Alvim (2010), o PNLD teve sua criação no ano de 1985 com o intuito de atender as necessidades que se criaram sobre os livros didáticos. Com isso, o PNLD tornou-se responsável pela circulação dos livros e obras didáticas, avaliando os conteúdos e metodologias utilizadas nessas obras distribuídas às escolas brasileiras. Vale ressaltar que, em algumas escolas, o livro didático é a única ferramenta didática da qual os estudantes têm acesso, principalmente em realidades periféricas e escolas em regiões rurais.

Quanto à estruturação básica de um livro didático, pode-se perceber que a esmagadora maioria é dividida em tópicos, geralmente chamados de unidades ou unidades temáticas, sendo subdivididos em capítulos dentro destas unidades. Na diagramação dos livros didáticos, é facilmente perceptível a utilização de alguns artifícios para chamar a atenção dos alunos, como figuras, boxes com glossários, curiosidades, sugestões de mídias, diferentes fontes ao longo dos textos, materiais e textos complementares, tudo com a presença de cores em tons chamativos, como por exemplo, vermelho e laranja.

De forma resumida, basicamente o livro é uma ferramenta ao professor, contribuindo na hora de compartilhar os conteúdos com a turma em que se encontra trabalhando.

Para o professor de História, o livro didático é muito utilizado para a apresentação de textos, em alguns casos, dando suporte a materiais e textos produzidos pelo docente. Em escolas onde o acesso à Internet e impressões é limitado, o livro didático também pode funcionar como suporte para apresentação e uso de mapas, facilitando assim o aluno na localização do tema abordado e na sua compreensão do espaço; com figuras de personagens históricos ou até mesmo fotografias, facilitando para que os alunos visualizem a história a ser trabalhada nos conteúdos em sala de aula.

² O PNLD avalia e disponibiliza materiais de apoio e obras didáticas, pedagógicas e literárias, para escolas conveniadas com o Poder Público. Vale ressaltar que no ano de 2017, o programa passou por mudanças estruturais e passou a ser denominado como Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Mais informações em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 06 jun. 2022.

O livro didático também é o retrato do que estava sendo ensinado para uma geração. De acordo com Munakata (2016, p. 123) o livro didático é a “(...) transcrição do que era ensinado, ou o que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização”. Além de Munakata, outros autores, como Choppin, irão relacionar o conteúdo dos livros didáticos com a sociedade da época em que este foi produzido. Se o livro didático transcreve o que deveria ser ensinado, este possui o caráter de mudança, pois

a imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Apesar de não pensarmos de imediato no livro didático como uma fonte histórica, o mesmo pode ser classificado como uma. Para Silva e Silva (2009), podemos classificar como fonte histórica tudo aquilo que é produzido pela humanidade no tempo e espaço, sendo uma herança material e imaterial deixada pelos antepassados, e através de estudos, podemos transformar todo e qualquer objeto produzido pelo ser humano de forma material ou imaterial em fonte histórica. Dessa forma, a fonte histórica pode ser, segundo esta classificação, desde um pedaço de papel, até uma escultura, gerando estudos baseados em interpretá-la e problematizá-la, entendendo-a, diversas vezes, como representação da época em que foi produzida.

Ainda de acordo com Silva e Silva (2009), com a chamada escola dos Annales, a partir da metade do século XX, a ideia de fonte foi modificada, atribuindo outros sentidos de relação fonte/pesquisa, transformando a fonte em um objeto mutável e com muito dinamismo.

De acordo com Choppin, é possível dividir as abordagens do livro didático como objeto de pesquisa em dois grupos: um com o foco no aspecto de objeto físico do livro didático e outro onde o foco é seu conteúdo, dessa forma, não é considerado história dos livros didáticos e sim “a história de um tema, de uma noção, de um personagem, de uma disciplina, ou de como a literatura escolar foi apresentada por meio de uma mídia específica” (CHOPPIN, 2004, p. 554). Sendo assim, o presente trabalho, encaixa-se no segundo grupo, pois trataremos da

abordagem de uma temática, ainda que essa temática contenha diversos temas a serem explorados.

Mesmo que tenhamos o livro didático como algo “fresco” e presente em nossa memória e dia a dia escolar, as pesquisas produzidas sobre o assunto cresceram em um ritmo um pouco lento. Entre os anos 1970 e 1980 não passavam de 50 títulos. Já no período compreendido entre 2001 e 2011, segundo Munakata (2012) somaram-se mais de 800 títulos.

A autora Circe Bittencourt, hoje professora aposentada da Universidade de São Paulo, pode ser considerada pioneira na temática de livros didáticos no Brasil, pois a sua tese de doutorado, intitulada “Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar” publicada em 1993 (com o título de “Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)”, foi publicada posteriormente no formato de livro em 2008 – impulsionou publicações sobre o assunto nas décadas seguintes, sendo largamente utilizada como referência até o presente momento.

A autora trabalha com um vasto recorte temporal, indo de 1810 até 1910, compreendendo, assim, um século de história dos livros didáticos no Brasil. Para a autora, a origem do livro didático está vinculada ao poder instituído, onde a interferência do Estado (republicano ou imperial) impacta diretamente as obras didáticas e as suas utilizações, tanto pelos professores, quanto pelos alunos. Segundo Bittencourt, os livros didáticos são objetos culturais e tanto estes objetos, quanto as suas diversas abordagens são de natureza complexa. A obra também trabalha a questão da história das disciplinas escolares no Brasil, compreendendo a escola enquanto um espaço de produção e não reprodução de conhecimentos, tendo cada disciplina escolar especificidades próprias.

Tendo em vista que o presente trabalho tem seu enfoque na análise de livros didáticos e como estes trabalham e expõem a temática da ditadura civil-militar no Brasil, nada mais justo do que apresentarmos, ainda que de maneira breve, alguns apontamentos acerca do período e seus principais conceitos e acontecimentos.

De acordo com Silva e Silva (2009), ditadura é uma forma de regime político, sendo uma ideia encontrada desde a Antiguidade Clássica. É um regime caracterizado principalmente pelo cerceamento de direitos políticos e individuais e a utilização da força pelo Estado contra a sociedade.

Aqui no Brasil, podemos afirmar que a ditadura civil-militar chegou através de um golpe de estado em 31 de março de 1964. Para Fico, este golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar. A democracia foi substituída por repressão rigorosa a qualquer manifestação contra o governo, como relata Gorender na citação a seguir:

Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado (GORENDER, 1987, p.70).

O alto comando das forças militares se apropriou do poder do país utilizando-se de atos institucionais, conhecidos também como AI's, totalizando 17 atos entre 1964 e 1969. Para estes militares, seu objetivo seria manter a nova ordem nacional, defendendo o país de uma suposta “ameaça comunista”, além da deposição de João Goulart.

Um dos aspectos mais marcantes da ditadura civil-militar brasileira, também sendo uma forma de violência estatal, foi a censura. De acordo com Napolitano (2014), em novembro de 1968 a Lei de Censura estruturava a censura sobre obras cinematográficas e teatrais, criando o Conselho Superior de Censura, implantado efetivamente apenas no ano de 1979. Em 1970, com o Decreto-Lei no 1.077, foi instaurada a censura em materiais impressos.

De acordo com Napolitano (2014), em 1972, a Polícia Federal reorganizou-se com o intuito de executar a censura de forma mais eficiente, através da criação da Divisão de Censura de Diversões Públicas e a ampliação do seu corpo de censores. Para o autor, a repressão através da censura durante o período ditatorial pode ser dividida em três momentos, sendo que no terceiro momento, de 1979 a 1985, o objetivo era “controlar o processo de desagregação da ordem política e moral vigentes, estabelecendo limites de conteúdo e linguagem” (NAPOLITANO, 2014, p. 93). Segundo o autor, foi neste período que o controle policial em relação ao âmbito cultural começou a ceder, por conta da criação do Conselho Superior de Censura, que continha representantes da sociedade civil, com o intuito de “dar uma roupagem

“legítima” e “intelectualizada” para uma atividade muito malvista pelas parcelas escolarizadas da sociedade” (NAPOLITANO, 2014, p. 93).

Ainda em relação ao âmbito cultural, as universidades também sofreram com a violência e a repressão durante o período da ditadura civil-militar. Segundo Napolitano (2014) em outubro de 1964, na Universidade de Brasília, 15 professores foram demitidos e 211 pediram demissão em solidariedade aos professores demitidos. Atentados também demonstravam a violência de direita, deixando em muitos casos vítimas fatais. De acordo com o autor, os atentados a bomba contra cidadãos, órgãos da imprensa, universidades, livrarias e instituições identificadas com a oposição ocorridos no ano de 1978, sinalizaram a escalada dessa violência estatal que duraria até meados de 1981.

Segundo Mendonça e Fontes (2004), o enfraquecimento da ditadura civil-militar ocorreu nos anos 70. Desde 1974, a economia brasileira sofreu com uma crise, comprometendo assim, a ideia de “milagre econômico” propagada pelos militares. De acordo com as autoras, o Brasil entrou na década de 1980 sem soluções para a restauração do pacto de dominação. Com a crise e a baixa de salários nos anos 1970, as condições de vida dos trabalhadores estavam cada vez piores. De acordo com Mendonça e Fontes (p. 69, 2004), a esperança de vida da população era diretamente ligada à concentração de renda, sendo assim, os que recebiam mais de cinco salários-mínimos tinham 14 anos de esperança de vida a mais do que os trabalhadores com renda abaixo de um salário. Por conta das más condições de trabalho e conseqüentemente de vida, dos trabalhadores, estes uniram-se em mobilizações, onde os anos de 1978-79 foram marcados por uma onda de greves. Portanto, podemos afirmar, que as novas organizações populares, juntamente com o fracasso econômico contribuíram para o enfraquecimento da ditadura civil-militar, até o período de redemocratização.

A transição entre o período ditatorial e a volta da democracia foi um período longo, mas a ditadura civil-militar acabou. Mesmo com o fim do período ditatorial, o passado foi silenciado, não havendo punições e culpabilidade, Napolitano (2014) menciona que a sensação no final dos anos 70 era de que a batalha pela memória havia sido perdida. No Brasil, as políticas com intenção de afirmar o direito à memória e a verdade, em relação à experiência traumática ditatorial foram demasiadas tardias. Gasparotto (2020) afirma que apenas em 1995, no governo

Fernando Henrique Cardoso (PSDB), houve a promulgação da Lei nº 9.140/95, conhecida como *Lei dos Desaparecidos*, que reconheceu como mortas as pessoas que tendo participado ou sido acusadas de participar em atividades políticas entre setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988. A lei também criou uma Comissão Especial que investigou a morte de centenas de mortos e desaparecidos políticos. Após a criação da Comissão Especial e da Comissão da Anistia, intensificaram-se as reivindicações para a criação de uma Comissão da Verdade.

A Comissão Nacional da Verdade foi oficialmente criada em 2011, sendo aprovada pela presidenta Dilma Rousseff. Sua criação teve o intuito oficial de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011). A CNV foi resultado de um processo mais longo, como podemos perceber no parágrafo acima. Mas afinal, o que são Comissões da Verdade?

Segundo Gasparotto (2020, p. 107), “são organismos de investigação criados para apurar abusos e violações de direitos humanos em sociedades que enfrentaram períodos intensos de exceção, violência extrema ou guerra interna.” A autora afirma também que as comissões contribuem para a cultura de respeito aos direitos humanos. Através das Comissões da Verdade, é possível que a sociedade conheça mais sobre o período ditatorial sofrido pelo Brasil, ouvindo as famílias, tendo maior noção de que as vítimas da violência estatal não são apenas números – ou pior, não são apenas “mortos e/ou desaparecidos” – e sim pessoas.

Vale ressaltar que “juntamente com a CNV, também foi aprovada a Lei de Acesso à Informação, que estabeleceu que os documentos oficiais vinculados a violações de direitos humanos não são passíveis de sigilo.” (Gasparotto, 2020, p. 112).

A instalação da CNV, portanto, ocorreu em maio de 2012. Com isso, de acordo com Gasparotto (2020), a CNV começou a atuar com sete membros e assessores focando sua investigação em torno de violações graves de direitos humanos. Essas violações graves aos direitos humanos foram especificadas na própria CNV, que,

adotou preceitos internacionais e delimitou que as graves violações de direitos humanos são as cometidas por agentes do Estado, a seu serviço ou com a conivência/aquiescência estatal, contra cidadãos brasileiros ou estrangeiros. São graves violações de direitos humanos: as prisões sem

base legal, a tortura e as mortes dela decorrentes, as violências sexuais, as execuções e as ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados. Praticadas de forma massiva e sistemática contra a população, essas violações tornam-se crime contra a humanidade (CNV, 2014, site oficial).

Em outros momentos deste trabalho, retornaremos a CNV e sua importância para o conhecimento sobre o período ditatorial, já que esta é de exímia relevância para a produção do presente trabalho, sendo utilizada especialmente como marco temporal para nossa análise de livros didáticos.

Ao abordarmos a ditadura civil-militar brasileira nas aulas de História, estamos lidando com um passado/tema sensível, o que pode ser considerado desafiador. Quando falamos em tema sensível, estamos falando não somente de temas dos quais encontramos dificuldade em falar sobre. Segundo Bauer e Gasparotto (2021, p. 442), a definição de um tema sensível está relacionada a acontecimentos diversos, porém, abrange eventos traumáticos, ligados a situações de opressão e violência, como a escravidão negra nas Américas, além das ditaduras na América Latina. Para as autoras, temas sensíveis são relacionados a questões carregadas de sentimento e complexidade.

Entretanto, a abordagem da temática de ditadura civil-militar brasileira está prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³. Por exemplo, de acordo com Bauer e Gasparotto (2021), a BNCC voltada para o Ensino Fundamental prevê para o 9º ano a unidade temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”. Na lista dos intitulados “objetos do conhecimento” podemos encontrar questões como “As questões indígena e negra e a ditadura” e “A ditadura civil-militar e os processos de resistência”. No que tange às habilidades, o documento prevê que os alunos possam, por exemplo,

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.
(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.
(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.
(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final

³ Documento que norteia os currículos dos sistemas e redes de ensino brasileiros, estabelecendo conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes durante a escolaridade básica. Mais informações em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 19 jun 2022.

do período ditatorial até a Constituição de 1988. (BRASIL, BNCC, apud GASPAROTTO; BAUER, 2021, p. 451).

Todavia, segundo Gasparotto e Bauer (2021), para o Ensino Médio não há nenhuma indicação específica em relação à temática de ditadura civil-militar brasileira, na BNCC. Apenas os conceitos de autoritarismo, democracia e ditadura estão presentes de forma genérica.

2. “Os anos de chumbo”: uma abordagem da ditadura civil-militar através dos livros didáticos de Ensino Fundamental

Para a produção deste trabalho, o total de quatro livros didáticos foram analisados, sendo dois deles voltados para o Ensino Fundamental e dois voltados para o Ensino Médio. A Comissão Nacional da Verdade foi utilizada como um marco temporal para os livros aqui utilizados, sendo assim, dois livros (um de Ensino Fundamental e um de Ensino Médio) foram produzidos anteriormente à criação da Comissão e os outros dois, posteriormente à sua atuação. Foram selecionados os livros de Ensino Fundamental destinados ao nono ano do Projeto Apoema (2015) (figura 1), dos autores Renato Mocellin⁴ e Rosiane de Camargo⁵ e do Projeto Araribá (2010) (figura 2), de autoria de vários autores.

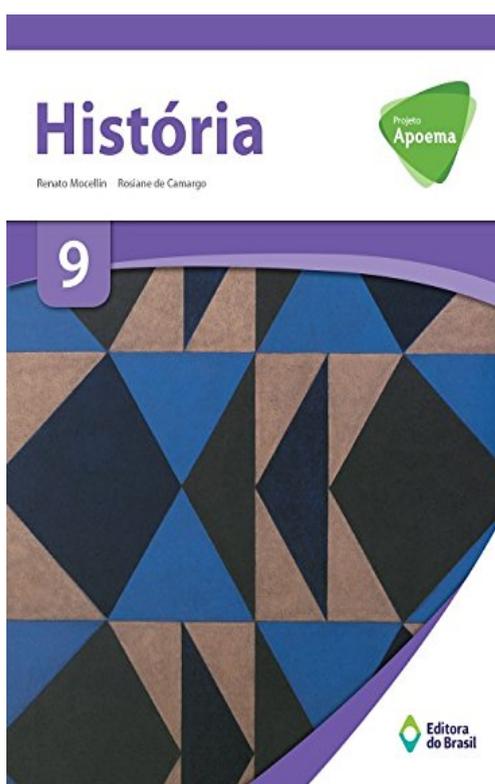


Figura 01: Capa do livro do Projeto Apoema.

⁴ Graduado em História e Direito pela Universidade Federal do Paraná. Creditado em diversos livros didáticos. Informações de acordo com seu currículo. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/839141/renato-mocellin>. Acesso em: 06 jun. 2022.

⁵ Pós-graduada em História do Brasil, de acordo com a folha de rosto do livro Projeto Apoema (2015).

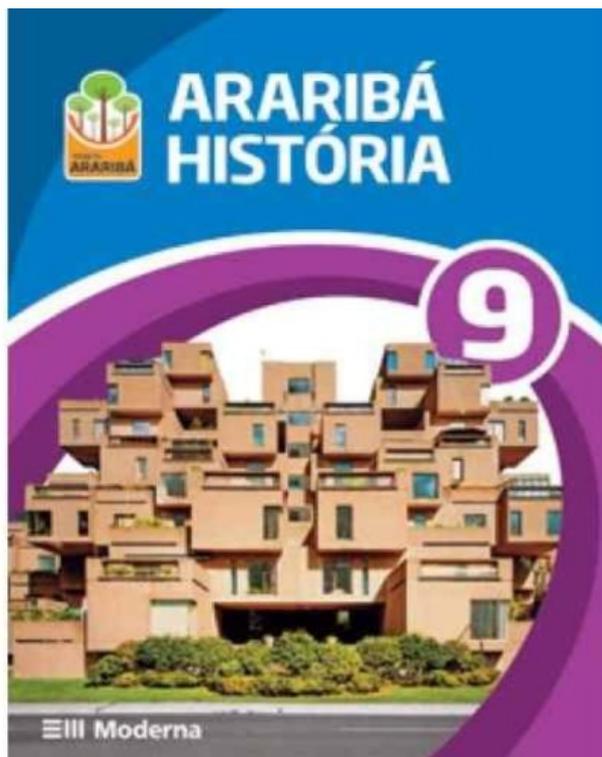


Figura 02: capa do livro da Coleção Projeto Araribá.

Ambos os livros foram escolhidos por pertencerem ao PNLD, além disso, foram livros com os quais tivemos mais acesso durante os estágios e disciplinas da área de Ensino de História ao longo da graduação. Vale ressaltar que o Projeto Araribá se constitui em uma coleção de livros para diversas disciplinas, lançado em 2003 pela Editora Moderna. Ele foi utilizado como fonte em diversos trabalhos acadêmicos, desde artigos até dissertações de mestrado, principalmente pela sua popularidade. De acordo com Martins (2020), com o PNLD de 2014 o Projeto Araribá foi o livro mais escolhido pelas escolas brasileiras para as turmas de oitavo ano. A Coleção Projeto Araribá é uma coletânea de livros didáticos da Editora Moderna, apresentada como “obra coletiva, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna”, com o intuito de contemplar as necessidades do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, ou seja, os anos finais. As disciplinas contempladas, além da disciplina de História, são as de Geografia, Português, Matemática e Ciências. Para a Editora Moderna, a coleção possui três princípios, sendo estes: 1) Programas específicos em cada disciplina para desenvolver a competência leitora; 2) Programa de atividades, com propostas variadas e em nível crescente de complexidade e 3) Organização clara (*apud* Centeno, 2012; Editora Moderna, 2009). Ainda para a Editora Moderna, o projeto tem como objetivo “contribuir com a melhoria da

qualidade do ensino”, contando com “princípios claros, compartilhados pelos membros da comunidade educativa, que guiam as ações para atingir os melhores resultados” (EDITORA MODERNA *apud* CENTENO, 2012, p. 24).

Segundo Silva (2011), a Coleção Araribá vendeu mais de 5 milhões de exemplares no ano de 2008, o que nos leva para Munakata (2012), que afirma que o livro didático tem o caráter marcante de mercadoria, sendo produzido em grande quantidade, sendo assim um produto feito para ser vendido. Podemos afirmar que a Coleção Araribá tem números expressivos de produção, sendo assim caracterizado como um produto de mercadoria, devido a sua grande procura. Quais são os motivos pelos quais a Coleção Araribá é tão procurada e vendida? Não buscamos responder tal pergunta durante este trabalho, mas incentivamos a reflexão acerca do caráter comercial dos livros didáticos.

Os autores da obra pertencente ao Projeto Apoema da Editora do Brasil, afirmam na folha de apresentação da obra que o objetivo do livro não é esgotar os assuntos e, sim, apresentar um panorama geral da história da humanidade com o intuito de possibilitar uma interpretação dela, mesmo que esta não seja a única possível.

Para começar a analisar as obras, vamos nos ater a organização e layout dos livros didáticos utilizados: ambos separam os conteúdos em unidades temáticas, como podemos perceber nas figuras 3 e 4. O Projeto Apoema tem sua organização com unidades temáticas divididas em capítulos e o Projeto Araribá em grandes unidades com divisões denominadas “temas”, como por exemplo: Unidade 2, tema 1 e por assim diante. No livro do Projeto Apoema, a ditadura civil-militar está presente em duas unidades, sendo essas as unidades 2 e 3, intituladas de “O mundo no período da Guerra Fria” e a outra “Rumo ao Terceiro Milênio”, desta forma, é perceptível que o Projeto optou por uma abordagem cronológica e mais voltada para o aspecto global da História.

Unidade 2	O mundo no período da Guerra Fria	122
CAPÍTULO 6 – AS RIVALIDADES DURANTE A GUERRA FRIA..... 124		
▶ O mundo dividido	128	
▶ Guerras durante a Guerra Fria	133	
▶ China: revolução e socialismo	136	
▶ Conheça o artista: Pablo Picasso	142	
▶ Agora é com você	144	
▶ Superando desafios	145	
CAPÍTULO 7 – LUTAS SOCIAIS E EMANCIPAÇÕES NACIONAIS NA ÁFRICA E NA ÁSIA 146		
▶ África: resistência e crise do sistema colonial.....	148	
▶ Emancipações na África.....	152	
▶ Emancipações na Ásia	159	
▶ Agora é com você	164	
▶ Superando desafios	165	
CAPÍTULO 8 – REPÚBLICA DEMOCRÁTICA NO BRASIL 166		
▶ O governo Dutra e a nova Constituição.....	167	
▶ O retorno de Vargas (1951-1954).....	169	
▶ O governo JK (1956-1961)	172	
▶ O breve governo de Jânio Quadros (1961) ..	176	
▶ O governo de Jango (1961-1964).....	178	
▶ Agora é com você	182	
▶ Superando desafios	183	
CAPÍTULO 9 – CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO 184		
▶ Conflito árabe-israelense	185	
▶ Conflito palestino-israelense	188	

▶ Guerra Civil Libanesa	193	
▶ Guerra Irã-Iraque	195	
▶ Guerra do Golfo.....	197	
▶ Agora é com você	198	
▶ Superando desafios	199	
▶ Bagagem cultural	200	
CAPÍTULO 10 – BRASIL SOB A DITADURA MILITAR..... 202		
▶ Primeira fase do Regime Militar.....	203	
▶ A linha dura no poder	206	
▶ A trilha sonora da década de 1960.....	208	
▶ Anos de Chumbo	210	
▶ Reações ao Regime Militar.....	214	
▶ Agora é com você	218	
▶ Superando desafios	219	
CAPÍTULO 11 – NACIONALISMO E POPULISMO NA AMÉRICA LATINA 220		
▶ Argentina.....	222	
▶ Chile	226	
▶ Revolução Cubana	229	
▶ História e cidadania:		
Desaparecidos políticos	233	
▶ Agora é com você	234	
▶ Superando desafios	235	
▶ Com a palavra, a especialista:		
Marilena Chaui.....	236	
▶ Resgatando conteúdos	238	

Figura 3: parte do sumário do livro da coleção Apoema, mostrando a organização dos conteúdos da obra.

UNIDADE 7	DEMOCRACIA E DITADURA NA AMÉRICA LATINA 204
■ TEMA 1 – Os "anos dourados"	206
<small>*Cinquenta anos em cinco* – 206, Desenvolvimento regional – 206, O crescimento econômico – 207,</small>	
8	
Brasília: o sonho realizado de JK – 207, Um presidente excêntrico: Jânio Quadros – 208	
■ TEMA 2 – O governo João Goulart e o golpe de 1964	209
<small>A batalha pela posse de Jango – 209, Reformas sociais no campo – 209, As reformas de base – 210, O golpe militar – 210</small>	
■ TEMA 3 – O fim das liberdades democráticas	211
<small>Um regime apoiado na repressão – 211, O governo de Castello Branco – 211, Os anos de chumbo – 212, O governo Médici – 213</small>	
Atividades – Temas 1 a 3	214
<small>- Ontem e hoje – Brasília, 50 anos – 215</small>	
■ TEMA 4 – O processo de abertura	216
<small>Os descaminhos da abertura – 216, Investimentos em infraestrutura – 216, Trabalhadores e estudantes – 217, A caminho da democracia – 217, A campanha das diretas – 219, Um imprevisto dramático – 219, O governo José Sarney – 220, Uma nova Constituição – 220</small>	
■ TEMA 5 – A cultura no regime militar	221
<small>A música de protesto – 221, O Cinema Novo – 221</small>	
■ TEMA 5 – Ditaduras na Argentina e no Chile	222
<small>O golpe militar na Argentina – 222, O retorno de Perón e o segundo golpe – 222, O Chile de Salvador Allende – 223, A ditadura chilena – 223</small>	
Atividades – Temas 4 a 6	224
Em foco – Ditadura e resistência	226
Compreender um texto – Deuses da bola	230

Figura 4: parte do sumário da obra da Coleção Projeto Araribá, demonstrando a organização dos conteúdos.

No livro do Projeto Araribá, a ditadura civil-militar brasileira está presente na unidade 7, contendo 4 “temas”, sendo estes: “O governo João Goulart e o golpe de 1964”, “O fim das liberdades democráticas”, “O processo de abertura” e “A cultura no regime militar”. Logo após os temas relacionados à ditadura civil-militar brasileira, está presente o tema “Ditaduras na Argentina e no Chile”. É possível afirmar que o Projeto, diferentemente do Projeto Apoema, não optou por uma abordagem apenas cronológica da história.

Agora, vamos nos ater aos conteúdos trabalhados e suas abordagens nos dois livros didáticos, a começar pelo livro do Projeto Apoema. A intitulada unidade 2, dedica-se ao que é chamado pelos autores em um dos títulos, de “Primeira Fase do Regime”. Aqui, novamente, é notável a abordagem cronológica dos autores. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que Camargo e Mocellin utilizam como base a cronologia, a abordagem também é temática, visto que alguns títulos presentes na unidade, trabalham aspectos culturais, a exemplo disso, o texto intitulado “A trilha sonora dos Anos de Chumbo”.

Logo no início da unidade, os autores optam por utilizar o termo “presidentes militares” ao falarem sobre os militares que tomaram de forma golpista o poder do país. Diferente do Projeto Araribá, os autores comentam o apoio dos Estados Unidos ao golpe.

A obra, assim como o livro do Projeto Araribá, utiliza de imagens como recurso didático, como por exemplo, fotos do período da ditadura civil-militar brasileira, e boxes informativos ao longo de suas páginas. Quanto aos boxes, há a presença de boxes chamados de “dicionário histórico”, um exemplo de utilização é quando explica (ou reforça a explicação, já que esta também se encontra no texto integral) de maneira sucinta o que são os Atos Institucionais (figura 5). Há também os boxes chamados “explorando”, que sugerem documentários e livros para os alunos que utilizarem o livro didático.

Dicionário histórico

Os **Atos Institucionais** foram decretos emitidos durante os anos de 1964 a 1969, por ordem dos militares que governavam o Brasil. Por meio desses atos, entre outras medidas, foram estabelecidas eleições indiretas para os principais cargos executivos, incluindo o de presidente, e criaram-se as condições para suspender os direitos políticos e civis dos cidadãos brasileiros.

Figura 5: box “dicionário histórico”, presente na obra do Projeto Apoema.

Um dos temas mais discorridos por Camargo e Mocellin é a censura durante o período ditatorial, sendo apresentado de diversas formas. A Lei de Imprensa⁶ é mencionada e em uma das figuras utilizadas mostra as receitas de culinária que eram utilizadas nos jornais para demonstrar que ali fora utilizada a censura. Em relação a jornais, a obra, diferentemente do Projeto Araribá, faz uso destes como fonte em diversos momentos.



Figura 6: Usos de jornais do período ditatorial pelos livros didáticos.

⁶ A Lei de Censura, como ficou conhecida, é a Lei nº 5.250, sendo reforçada com o Decreto-Lei nº 1077 em 1970. Tinha como objetivo censurar os veículos de mídia durante o período ditatorial, violando a liberdade de expressão. A lei foi revogada somente no ano de 2009. Saiba mais em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lei-censura-imprensa-55-anos/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Ao longo da obra, um dos boxes utilizados chama-se “documentos em análise”, nos quais propõe aos alunos atividades de leitura e interpretação de algumas fontes e documentos propriamente ditos.

Mais de uma página é dedicada ao tema música no período ditatorial, um dos aspectos mais trabalhados é a música de protesto. O texto discorre, inclusive, sobre alguns movimentos do período como o tropicalismo e a jovem guarda, traçando paralelos, comparando, por exemplo, como a Jovem Guarda não era um tipo de música de protesto, diferente do tropicalismo e dos festivais promovidos na época. Além do uso da música relacionando o tema com protesto contra a ditadura, ainda há um momento onde os autores trabalham com a música “Eu te amo, meu Brasil” para exemplificar o ufanismo da época, como por exemplo, relacionando ao slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, utilizado pela propaganda a favor do regime.

A música também é trabalhada em uma atividade contida no box “Conexões”, que propõe relacionar a existência de músicas de protesto atuais com as músicas de protesto do período ditatorial, sendo assim, o único momento entre os dois livros didáticos onde é proposto relacionar os anos da ditadura civil-militar com o tempo presente.

A violação aos direitos humanos durante a ditadura é trabalhada de forma mais direta e profunda em atividades do que nos textos. A tortura, as prisões e as formas de repressão (excluindo a censura), são relatadas sempre de maneira mecânica, utilizando sempre termos como “anos de chumbo” e nunca explicando de fato, porque utilizar este termo, por exemplo.

A abertura política, com o fim do regime, é trabalhada de uma forma rápida em comparação aos outros temas. É relatado como a repressão continuou e as respostas do povo a essas repressões, como os movimentos sindicais e o movimento Diretas Já.

A Comissão Nacional da Verdade, mesmo tendo ocorrido pouco tempo antes do lançamento da obra, é pouco trabalhada, sendo abordada apenas em dois momentos. Em um primeiro momento é abordada na página 213, com a sugestão de um trabalho em equipe.

TRABALHO EM EQUIPE

Professor, as orientações desta seção encontram-se no Manual do Professor.

COMISSÃO DA VERDADE REVELA QUE NORMA DE MÉDICI IMPEDIA AGENTES PÚBLICOS DE DAR ESCLARECIMENTOS A ÓRGÃOS NO PAÍS E NO EXTERIOR

“ A Comissão da Verdade revelou nesta segunda-feira, 4, que o governo militar determinou a todos os agentes públicos no Brasil e no exterior, a partir de 1972, que não atendessem a nenhum pedido de esclarecimento de organizações nacionais e internacionais sobre mortos e desaparecidos em consequência da repressão.

A determinação foi feita por escrito: saiu do gabinete do presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, e foi assinada pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, o também general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que viria a ser o último presidente do regime anos depois.

O ato foi uma reação específica às ações da Anistia Internacional, que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos sobre violações de direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores.

O documento se tornou uma espécie de orientação geral que vigorou ainda no governo posterior, do general Ernesto Geisel.

A ditadura, segundo o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Cláudio Fonteles, temia as repercussões que denúncias sobre violações de direitos humanos pudessem causar entre militares e policiais civis envolvidos diretamente com a repressão. ‘Para manter a coesão de sua estrutura repressiva’, escreveu o coordenador da comissão, ‘o Estado ditatorial militar fecha-se, aniquila as liberdades públicas e, incontrolado sobrepõe-se a todos e a tudo’.

Em 1976, a Informação Confidencial nº 22/16/AC, da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, tinha como foco principal a “campanha internacional de desmoralização” de membros das unidades de repressão.

Incluía entre os organizadores dessas campanhas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Anistia Internacional e, com maior destaque, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). ”

Roldão Arruda. Governo Médici ordenou por escrito silêncio sobre tortura. *O Estado de S. Paulo*, 4 fev. 2013. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/nacional,governo-medici-ordenou-por-escrito-silencio-sobre-tortura,993024,0.htm>. Acesso em: maio 2015.

Os chamados “anos de chumbo” da Ditadura Militar no Brasil foram marcados pela intensa violência e repressão política e ideológica. Em 2012, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo até hoje é abrir os arquivos da ditadura e apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em grupo, pesquise a respeito de casos que envolveram tortura, desaparecimento e até mesmo a morte de presos políticos durante o período. Se necessário, acessem o *site* da comissão (www.cnv.gov.br/) para terem acesso a mais informações.

Figura 7: atividade proposta pelo Projeto Apoema utilizando revelações da CNV.

O texto presente na atividade, aborda como a CNV revelou que uma medida assinada por Médici determinava que os agentes públicos a partir de 1972 não

poderiam atender a pedidos de explicações acerca de mortos e desaparecidos em consequência da repressão da ditadura civil-militar. A atividade é uma pesquisa em grupo, onde a turma deve pesquisar casos que envolveram tortura, morte ou desaparecimentos de presos políticos durante o período ditatorial. O livro orienta que os alunos acessem o site da CNV para terem acesso a mais informações. A atividade poderia ir um pouco mais além, por exemplo, no enunciado, ao enumerar violações aos direitos humanos, poderia ter acrescentado algo como “tais atos citados configuram violação grave aos direitos humanos, como relata a CNV”. Devemos também refletir sobre a possibilidade de as/os professoras/es realizarem a atividade com a turma com que trabalham, já que o acesso à Internet nem sempre é uma realidade em escolas da rede pública.

Em um segundo momento, é abordada nas páginas 272 e 273 em uma das atividades sobre o planejamento e execução de um atentado ao show organizado por Chico Buarque no Dia do Trabalhador em 1981⁷, onde o depoimento de duas testemunhas é utilizado como texto base para os alunos responderem as questões.

⁷ O caso Riocentro é mais um exemplo do terrorismo de Estado contra a população brasileira durante a ditadura civil-militar. De acordo com o relatório da CNV, por volta de 20 mil pessoas estavam no Riocentro em 30 de abril de 1981, para assistir um show organizado pelo cantor Chico Buarque para o Dia do Trabalhador. A Polícia Militar recebeu uma ordem para não realizar policiamento no espaço por conta de planejamentos do grupo que realizou o atentado. Para o Dallari, coordenador da CNV, o caso Riocentro foi o último de uma série de 40 atentados que ocorreram entre janeiro de 1979 e abril de 1981, que tinham como objetivo dificultar a abertura política iniciada em 1979. Duas bombas explodiram no atentado, porém, em depoimentos à CNV, afirma-se que o estrago poderia ter sido maior, pois a polícia tinha explosivos suficientes para tal. Para mais informações sobre o atentado, visite: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/riocentro/relatorio_preliminar.pdf. Acesso em 18 jun. 2022.

AGORA É COM VOCÊ

Professor, as respostas desta seção encontram-se no Manual do Professor.

Registre no caderno

1 Leia a notícia abaixo, sobre os depoimentos dados à Comissão Nacional da Verdade acerca dos atentados no Riocentro.

“Duas testemunhas ouvidas pela CNV, Mauro César Pimentel, 52 anos, que prestou seu depoimento na audiência, e o almirante Júlio de Sá Bierrenbach, 94 anos [...], afirmaram, respectivamente, que os militares tinham bombas no carro para um atentado com muitas vítimas e que o primeiro IPM [Inquérito Policial Militar] foi manipulado desde o início para colocar os dois autores, o capitão Wilson Machado, e o sargento Guilherme do Rosário, que morreu na explosão, como vítimas e não autores de um crime.

Para o coordenador da CNV, Pedro Dallari, o caso Riocentro foi o último de uma série de 40 atentados ocorridos entre janeiro de 1980 e abril de 1981, ‘que visavam dificultar a abertura política iniciada em 1979 e dar uma sobrevida ao regime militar’.

Segundo o relatório da CNV, apresentado pelo gerente de projetos Daniel Lerner, cerca de 20 mil pessoas estavam no Riocentro na noite de 30 de abril de 1981 para assistir um show organizado por Chico Buarque de Hollanda para o Dia do Trabalhador. O grupo que planejou o atentado conseguiu até que a Polícia Militar recebesse uma ordem para não realizar policiamento dentro do espaço onde ocorria o show.

O número de vítimas do atentado frustrado poderia ser muito maior. Além da bomba que explodiu no estacionamento, mais uma bomba explodiu na casa de força do Riocentro. O intuito era que faltasse energia que impedisse o show e causasse tumulto, mas o artefato não causou o efeito desejado. Depoimentos apontam que duas bombas sob o palco foram retiradas do local antes de serem detonadas e Pimentel e outras testemunhas afirmam que havia duas outras bombas no carro, que foram retiradas da cena do crime.

[...]

O almirante Júlio de Sá Bierrenbach era ministro do Superior Tribunal Militar (STM) quando o inquérito policial militar sobre o Riocentro chegou ao tribunal para ser julgado. O caso já veio arquivado da auditoria militar onde tramitou e o militar da Marinha foi o único a votar contra o arquivamento do processo e pedir que Machado continuasse como investigado e a apuração, retomada.

Para Bierrenbach, ‘o IPM (do Riocentro) foi uma vergonha e isso é facilmente demonstrável. Ele afirmou considerar absurdas a absolvição e as promoções que Wilson Machado, coautor do atentado, recebeu na carreira. ‘Vítimas uma ova! Eles fizeram o atentado. O capitão vai ao Riocentro com uma bomba, a bomba explode. O colega morre. E ele é promovido. Isso é um absurdo!’, afirmou.

O advogado José Carlos Dias, membro da CNV, que conheceu pessoalmente Bierrenbach, disse que o juiz era justo e ponderado. Para Dias, o caso Riocentro deve ser julgado, pois sobre ele não recai a lei de Anistia, argumento com o qual concorda o ex-ministro do STM. ‘Precisamos julgar o caso do Riocentro. É uma das maiores violências já cometidas pelo regime militar, pois se tivesse dado certo, poderiam ter morrido milhares de pessoas’, afirmou Dias.

Fonte: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/479-relatorio-da-cnv-aponta-que-atentado-riocentro-foi-realizado-por-militares-para-retardar-a-abertura-politica>>. Acesso em: maio 2015.

Figura 10: notícia contando com depoimentos contidos na CNV como base para atividade do Projeto Apoema.

a) Segundo os depoentes, qual era o objetivo do atentado?
 b) De que maneira a manipulação foi feita?
 c) Qual era a importância da retomada da investigação do caso segundo os depoentes? Por que, para os depoentes, o atentado no Riocentro está além da lei da Anistia?

2 A campanha das Diretas Já marcou a vontade dos cidadãos brasileiros de participar dos assuntos políticos do país. No entanto, ainda hoje, muito se debate acerca da participação política do cidadão, como o voto obrigatório. Discuta em sala de aula e registre em seu caderno: Como se dá a participação política atualmente? Quais críticas são feitas ao processo eleitoral? Como é possível aumentar o interesse da população brasileira na participação política?

3 Quais foram as atitudes tomadas por Geisel para iniciar o processo de redemocratização do Brasil e quais foram seus retrocessos?

4 Desde o fim do bipartidarismo no Brasil, seis partidos foram criados em 1979 e novos surgiram ao longo dos anos. Em grupo, pesquise o desdobramento partidário do país, respondendo às questões:

- Quais partidos políticos permaneceram desde a redemocratização?
- Quais partidos surgiram?
- Quais partidos mudaram de nome?

5 Ao longo de todo período da Ditadura Militar e nas campanhas pelas Diretas, a presença de artistas, intelectuais e famosos foi constante. Foi o caso do jogador de futebol Sócrates, que participou de comícios pedindo a participação direta civil nas eleições e fez diversos pronunciamentos. Em grupos, pesquisem a importância da militância artística e esportiva, suas formas de participação e consequências.

Registre no caderno 

SUPERANDO DESAFIOS

1 (FGV-SP) O Movimento "Diretas Já", que promoveu em 1984 uma intensa mobilização popular a favor da eleição direta para Presidente da República, teve como resultado imediato:

- a) a eleição de um governo popular e democrático chefiado por José Sarney;
- b) a eleição do candidato da oposição, Tancredo Neves, pela via indireta;
- c) a primeira eleição direta do Presidente da República, a primeira em quase trinta anos, com a vitória de Fernando Collor de Mello;
- d) a anticandidatura de Ulysses Guimarães e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte;
- e) a revogação dos Atos Institucionais, apesar da derrota da emenda das Diretas.

Figura 11: Atividade proposta com base em depoimentos contidos na CNV.

Mesmo que a atividade não foque exclusivamente no que é relatado no fragmento, a utilização de fragmentos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade é relevante e significativo, pois atribui legitimidade aos relatos e dá visibilidade às investigações ocorridas através da Comissão.

Ao falarmos sobre direitos humanos, é de grande importância que retornemos à questão mencionada na introdução deste trabalho, sendo esta a Comissão Nacional da Verdade. O Relatório Final da CNV foi apresentado em 2014, apenas um ano antes do livro da Coleção Apoema. Ainda de acordo com Gasparotto (2020), o Relatório foi dividido em três volumes, sendo que o primeiro resume as atividades realizadas pela Comissão e contextualiza as violações de direitos humanos, descrevendo os fatos que foram investigados e examinados. É também neste volume que estão presentes as recomendações, com o objetivo de que os fatos ali relatados não se repitam.

Uma das vinte e nove recomendações é voltada para a educação. Os integrantes da Comissão recomendam que as escolas ensinem a história recente do Brasil, lembrando e educando para não esquecer e repetir. Pedem que seja incentivado o respeito à democracia, aos direitos humanos e também à diversidade cultural. Durante a produção deste trabalho, que tem como um dos objetivos perceber e apontar o impacto da CNV nas abordagens de livros didáticos sobre ditadura civil-militar, foi possível detectar que, na terceira edição do livro da Coleção Araribá, datada de 2012, foi acrescentada uma página sobre o direito à memória e à verdade e a criação da CNV. Tal acontecimento pode ser considerado um avanço em relação ao reconhecimento dos trabalhos da CNV, incluindo as investigações realizadas por ela, possibilitando um maior conhecimento acerca do período da ditadura civil-militar brasileira. Mesmo antes das investigações da CNV, sua importância já foi reconhecida pelo livro didático, que a trata como responsável por investigações sobre as violações de direitos humanos no período ditatorial, tratando sobre como seria o trabalho exercido pela CNV no futuro.

O direito à memória e à verdade

Hoje, quando seus pais, responsáveis e outros adultos que você conhece vão votar nas eleições presidenciais, a cada quatro anos, isso parece a coisa mais normal do mundo, não é mesmo?

Mas na história recente do Brasil, ao longo de duas décadas, essa prática não existiu. Nesse período não ocorreram eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos das capitais dos estados. Além disso, era proibido manifestar qualquer oposição ao governo, e a censura controlava a divulgação de informações em jornais, rádio, televisão e revistas.

Esse período também ficou marcado pela perseguição às pessoas consideradas subversivas ou que representavam uma ameaça ao regime. Muitos foram interrogados, torturados e até mesmo assassinados pelos órgãos repressores do governo e, até hoje, continuam desaparecidos.

Nos últimos anos, esse período obscuro da história do nosso país tem sido muito discutido pela sociedade, principalmente no que diz respeito às violações de direitos humanos. Em 2010, por exemplo, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o projeto de lei que criava a Comissão Nacional da Verdade. O projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional para ser analisado e discutido e, em setembro de 2011, foi finalmente aprovado.

A Comissão Nacional da Verdade será responsável por examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988 a fim de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. Os casos de tortura, mortes, desaparecimentos e ocultação de cadáveres serão investigados, e as estruturas, os locais e as circunstâncias em que ocorreram tais violações deverão tornar-se públicos.

Assim como outros países da América Latina que instalaram Comissões da Verdade, como a Bolívia (1982), a Argentina (1983) e o Chile (1986 e 2003), o Brasil iniciará suas investigações para esclarecer os abusos do passado e, dessa forma, dar voz às vítimas que sofreram com a violência e a repressão de regimes ditatoriais.



A menina Rachel Clemens, de 5 anos, se recusa a cumprimentar o então presidente João Batista Figueiredo, em Belo Horizonte, Minas Gerais, 1979.

Reprodução proibida. Art. 183 da Constituição de 1988 e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 2008.

Começando a Unidade

1. A cidade de Brasília completou 50 anos em 2010. Quando e por que ela foi construída?
2. O Brasil já viveu sob uma ditadura militar. Você sabe o que isso significa?
3. Você já ouviu falar da campanha das Diretas Já? O que você sabe sobre o assunto?
4. Analise as imagens desta abertura. O que elas mostram?

Figura 12: página sobre direito à memória e à verdade adicionada na terceira edição da obra do Projeto Araribá, após criação da CNV.

Mesmo que seja de fato interessante observar o impacto da CNV ao ponto de uma página acrescentada em uma edição ser quase que inteiramente dedicada a ela, ainda vale ressaltar que nas questões levantadas na mesma página, a questão de memória não é trabalhada e estimulada para os alunos.

Agora, o já citado Projeto Araribá será comentado com mais detalhes, para que seja possível comparar com mais detalhes em relação ao Projeto Apoema.

A começar pelos termos utilizados, a obra, assim como Apoema, utiliza em diversos momentos o termo “anos de chumbo” ao referir-se à ditadura civil-militar brasileira, fazendo referência ao peso da violência e violação dos direitos humanos no período.

A obra apresenta diversos boxes ao longo de suas páginas, incluindo o chamado “vocabulário em contexto”, para onde os alunos são guiados a procurar no final do livro as palavras destacadas. Diferente do Projeto Apoema, o livro aparenta tentar incentivar o aluno a explorar mais o livro, guiando-o até as últimas páginas.

Há diversas semelhanças entre as duas obras em relação aos temas abordados, como por exemplo: música, Atos Institucionais, a seleção brasileira de futebol, a Passeata dos Cem Mil, as respostas dos trabalhadores e estudantes a repressão, o destaque para a figura do ex-presidente Lula como líder sindical, dentre outros.

No livro pertencente à Coleção Araribá, a seção sobre cultura está disposta após o capítulo sobre a redemocratização e a Constituição de 1988. A divisão imposta impossibilita o aluno de relacionar os temas e construir sentido de maneira facilitada.

O Projeto Araribá utiliza aspas ao referir-se ao “milagre econômico” ocorrido no período, deixando um tom um pouco mais crítico do que o Projeto Apoema. O livro aborda a questão da resistência à ditadura civil-militar apenas através de perspectivas de movimentos como a já citada Passeata dos 100 Mil e o movimento sindical das regiões do ABC paulista. Não aborda profundamente a questão da resistência estudantil, que o livro do Projeto Apoema, pelo menos possui uma passagem incluindo uma foto da época. Porém, não aborda os conflitos armados em resposta à ditadura civil-militar, como a Guerrilha do Araguaia, trabalhada na obra do Projeto Apoema, que utiliza, inclusive, uma imagem dos túmulos dos guerrilheiros.



Figura 13: túmulos dos guerrilheiros da Guerrilha do Araguaia na obra do Projeto Apoema.

O confronto da Guerrilha do Araguaia teve duração de cerca de dois anos e meio, culminando com a morte de grande maioria dos combatentes. Segundo Teles (2005), a forma com que este episódio de nossa história foi tratado deu-lhe o título de mais impressionante fenômeno de negação histórica do Brasil contemporâneo. Nenhum dos livros didáticos direcionados ao ensino fundamental explora com profundidade a questão da negação histórica em relação à Guerrilha, nem da continuidade da violência por conta do Estado, já que até os dias atuais os guerrilheiros continuam desaparecidos. Apesar de mencionar o desaparecimento e a morte dos guerrilheiros, o livro só o faz na legenda da imagem dos túmulos, sem problematizar a questão, dando uma impressão mecânica para as mortes e desaparecimentos. Por outro lado, aborda as lutas camponesas contra o regime e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, promovida em São Paulo por cristãos que eram a favor da deposição de Jango, que deu sustentação ao golpe.

Em um aspecto visual, ambas as obras utilizam imagens e dentre elas fotografias do período ditatorial e charges sobre acontecimentos da época. O Projeto Apoema, talvez por ser uma obra mais nova, possui um design mais atrativo, como por exemplo, nos boxes sobre sugestões de livros e filmes, as respectivas capas ilustram os boxes, diferente do Projeto Araribá, que em alguns momentos utiliza e em outros não. Além disso, não utiliza jornais como fonte, nem mesmo para atividades. Ambos os livros utilizam do artifício de variar a forma com que se referem ao período ditatorial. Ora utilizam o termo “regime militar”, ora utilizam o termo “ditadura militar”. O livro da Coleção Apoema utiliza, inclusive a grafia “Ditadura” e “Regime Militar”, com iniciais maiúsculas na maior parte do tempo. Tal abordagem,

causa a impressão de que tanto o golpe, quanto a ditadura civil-militar não tiveram a participação de membros da sociedade que não fossem os militares. Ambas as obras negligenciam a participação das mulheres na resistência à ditadura civil-militar. Há apenas a foto (figura 14) de mães e mulheres de militantes cobrando explicações em relação aos seus desaparecimentos em São Paulo (p. 217).



Figura 14: único momento em que mulheres recebem uma espécie de “destaque” em relação a resistência à ditadura civil-militar.

Outra questão negligenciada por ambas as obras foi a questão da repressão aos povos indígenas durante o período ditatorial, que ganhou atenção após o Relatório Final da CNV. Irônico para uma obra como a Coleção Araribá, já que de acordo com Silva (2011), Araribá é o nome dado a árvores de grande porte, nativas do Brasil, em tupi-guarani. Vale ressaltar que Apoema também é um nome tupi-guarani.

3. Cale-se: uma abordagem da ditadura civil-militar através de livros didáticos de Ensino Médio

No presente capítulo serão analisados dois livros didáticos voltados para o Ensino Médio, sendo um deles anterior à instalação da Comissão Nacional da Verdade e outro posterior.

O livro didático anterior à instalação da Comissão da Verdade é o intitulado “História - Volume Único”, do ano de 2011, lançado pela Editora Ática⁸. A autoria é creditada a Gislane Campos Azevedo⁹ e Reinaldo Seriacopi¹⁰. A obra é catalogada como de 2005, porém é datada também como de 2011, estando em sua sexta impressão da primeira edição. Os autores são identificados na capa como “Gislane e Reinaldo”.

Ao que tange a organização de conteúdo, o livro didático tem um layout simples, onde os conteúdos são organizados em unidades e distribuídos em capítulos.

⁸ Fundada em 1965, a editora conta com mais de 90 coleções em seu catálogo. A famosa Coleção Vagalume foi lançada pela editora. Informações disponíveis em: <https://www.aticascipione.com.br/quem-somos>. Acesso em 06 jun. 2022.

⁹ Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de acordo com a folha de rosto do livro didático História - Volume Único (2011).

¹⁰ Bacharel em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e em jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior. É também editor especializado em História. Informações de acordo com a folha de rosto do livro didático História - Volume Único (2011).

6		SUMÁRIO			
Capítulo 70	A ascensão do totalitarismo.....	416	Capítulo 78	Anos de violência no Brasil: a ditadura militar	475
Capítulo 71	A Segunda Guerra Mundial	423	Fechando a unidade		485
Capítulo 72	O governo de Getúlio Vargas	431			
Capítulo 73	A Guerra Fria	439			
Fechando a unidade		447			
	UNIDADE XII VIOLÊNCIA	449			
Capítulo 74	As revoluções socialistas	450			
Capítulo 75	Contra a violência do colonialismo: a independência da África e da Ásia	458			
Capítulo 76	Ditadura e violência na América Latina.....	465			
Capítulo 77	Brasil: anos de democracia	471			
				UNIDADE XIII ÉTICA	492
			Capítulo 79	Duas décadas de crise.....	493
			Capítulo 80	O fim do bloco comunista	499
			Capítulo 81	O conflito árabe-israelense	505
			Capítulo 82	O mundo globalizado e a guerra contra o terror	513
			Capítulo 83	O Brasil neoliberal	520
			Fechando a unidade		528
				GLOSSÁRIO	529
				SUGESTÕES DE LEITURA.....	541
				REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	543

Figura 15: parte do sumário do livro “História - Volume Único” onde estão dispostos os conteúdos sobre ditadura civil-militar no Brasil.

Como podemos perceber na figura 15, os conteúdos relacionados a ditaduras na América Latina, incluindo a ditadura civil-militar brasileira, estão presentes na Unidade XII, denominada “Violência”.

Logo na introdução do Capítulo 78, intitulado “Anos de Violência no Brasil: a ditadura militar”, os autores relatam o caso do jornalista Herzog, morto pela ditadura civil-militar. Com um breve relato do caso, os autores afirmam que “as feridas abertas pela ditadura não estão cicatrizadas”. Na imagem presente na página 479, estão presentes estudantes, em manifestação em São Paulo, em 1968, sendo reprimidos por militares montados em cavalos.

No texto intitulado “Militares em ação”, os autores relatam a chegada dos militares ao poder de maneira golpista, relatando a instauração do AI-1. Os autores afirmam que 1400 funcionários públicos foram afastados e que a União Nacional dos Estudantes passou a ser ilegal de acordo com os militares. Diferente das obras voltadas ao Ensino Fundamental, nesta os autores já começam a abordagem do conteúdo demonstrando setores da sociedade que sofreram com a repressão logo de início.

Assim como nos livros analisados anteriormente, Azevedo e Seriacopi abordam também a questão econômica do período ditatorial. Os autores também utilizam o termo “linha dura” para se referirem a uma ala das Forças Armadas, que chegou ao poder com a posse do general Costa e Silva (p. 480).

A Passeata dos Cem Mil tem destaque no momento em que os autores falam sobre os protestos de luta contra a ditadura civil-militar, a presença de artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque no protesto é destacada pela obra na página 481. Na mesma página, são mencionados setores da sociedade que se manifestaram contra a ditadura civil-militar, que, segundo os autores, foram os seguintes: trabalhadores (sindicalistas inclusos), artistas, estudantes e “alguns setores da Igreja Católica, que em primeiro momento chegaram a apoiar o golpe”. Assim como nas obras analisadas por este trabalho até o momento, a morte do jovem Edson Luís¹¹ é mencionada por Azevedo e Seriacopi.

As questões de Lei de Censura e Lei de Imprensa são mencionadas de maneira breve na obra de 2011. Na página 482, há um box com destaque de cores que trata sobre a luta armada no Brasil; nele, além de relatar sobre os sequestros de diplomatas estrangeiros em troca da liberdade de presos políticos, são indicados filmes e livros relacionados a luta armada e os guerrilheiros brasileiros, como por exemplo, o filme “Lamarca” de 1994.

Na página 483, termo “anos de chumbo” também é utilizado na obra de Azevedo e Seriacopi para se referir ao governo de Médici e suas repressões. Há dois boxes informativos na página: um refere-se ao apoio de empresários à ditadura civil-militar e outro com o relato de um preso político que foi torturado com choques elétricos. A questão da violação dos direitos humanos na tortura relatada não é problematizada pelos autores. Entretanto, é significativo a obra mencionar o apoio de empresários à ditadura civil-militar, já que o tema tem sido explorado recentemente pela historiografia. Aqui, a discreta marca gráfica em relação ao “milagre econômico” sendo colocado entre aspas segue sendo utilizada, como nas obras voltadas ao Ensino Fundamental.

¹¹ Acreditamos que seja importante a contínua menção da morte do estudante secundarista em obras didáticas. O mesmo foi brutalmente assassinado pelo Estado com apenas 18 anos, idade de grande parte dos alunos do final do Ensino Médio. Para mais informações sobre o assassinato de Edson Luís, consultar: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/edson-luis-de-lima-souto>. Acesso em 06 jun. 2022.

O slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o” utilizado pelos militares é mencionado, juntamente com outros como “Ninguém segura este país” e “Pra Frente Brasil”. A questão da exploração da seleção brasileira por conta dos militares é apenas mencionada, diferentemente das outras obras, como por exemplo, a pertencente ao Projeto Araribá, que dedica um texto inteiramente a este assunto.

Os autores encaminham-se aos poucos para o final da Unidade. São mencionadas as participações de setores da sociedade como a Ordem dos Advogados do Brasil e novamente os estudantes e alguns setores da Igreja Católica ao serem tratadas as manifestações pelo fim da ditadura civil-militar. A greve dos metalúrgicos é mencionada, juntamente com a figura de Lula, então presidente na época da produção da obra. O fato de Lula ser presidente durante a produção do livro didático, no entanto, não é mencionada, perdendo-se a oportunidade de construir uma ponte entre o passado e o presente (para o momento em que a obra estava sendo produzida e posteriormente utilizada pelos alunos).

O atentado no estacionamento do Riocentro é relatado e uma foto dos destroços do carro está presente na página 486. Em relação ao termo utilizado para designar o período ditatorial brasileiro, os autores utilizam na maior parte do tempo “ditadura” e “ditadura militar”, salvo em alguns momentos onde é utilizado o termo “regime militar”. Vale ressaltar que nenhum dos livros analisados aborda o conceito de ditadura ou, pelo menos, explica o que significa uma ditadura. O livro pertencente ao Projeto Araribá direciona quem está lendo para uma sessão chamada “vocabulário em contexto”, que promove atividades e não explicações em relação a palavras e conceitos possivelmente desconhecidos pela turma que está utilizando a obra.

O livro de Azevedo e Seriacopi termina a abordagem sobre ditadura civil-militar com o comício em prol das Diretas Já.



Figura 16: página 487 do livro de Azevedo e Seriacopi, fechando o assunto ditadura civil militar com uma imagem do Comício em prol das Diretas Já.

Na página seguinte (488), são propostas algumas atividades sobre o assunto ditadura civil-militar (figura 17). As atividades constituem-se de questões bem “tradicionais”, com uma abordagem factual, onde esperam-se respostas objetivas dos alunos. O livro de Azevedo e Seriacopi poderia ter abordado questões que problematizassem mais, como por exemplo, a questão da violação dos direitos humanos, utilizando o box com o relato de tortura através de choques elétricos. Talvez a abordagem seja mais objetiva por conta de ser um livro extenso, de volume único para todo o Ensino Médio.

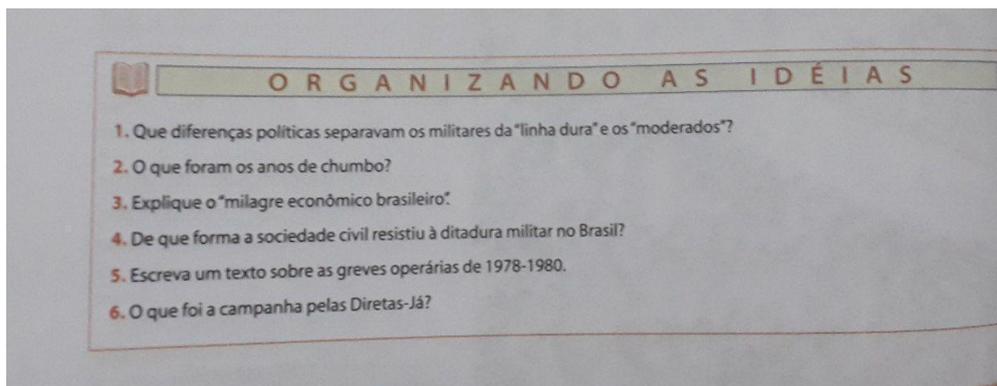


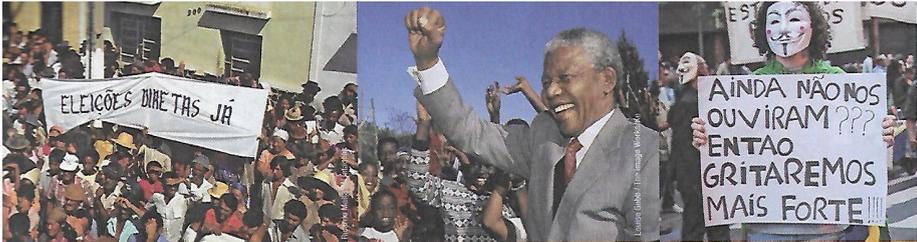
Figura 17: atividades propostas na página 488.

O segundo livro a ser analisado, destinado ao terceiro ano do Ensino Médio, faz parte da Coleção História Sociedade & Cidadania e é de autoria de Alfredo Boulos Júnior¹². O livro é datado de 2016 e foi lançado pela Editora FTD¹³.

O livro de Boulos é dividido em unidades temáticas, onde estão inseridos os capítulos. O capítulo que aborda a temática de ditadura civil-militar está presente na unidade 3, intitulada "Movimentos Sociais".

¹² Segundo a folha de rosto da obra aqui citada, é doutor em educação com foco em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹³ Fundada há mais de cem anos pelos Irmãos Marista. Em seu site afirma que transforma a sociedade através de soluções educacionais. Disponível em: <https://portal.ftd.com.br/sobre-a-ftd>. Acesso em 09 jun. 2022.



UNIDADE 3 MOVIMENTOS SOCIAIS 144

Capítulo 8 – Independências: África e Ásia	146
Razões das independências	Atividades
na África e na Ásia.....	I. Retomando
Processos de independência na África.....	II. Leitura e escrita em História.....
Processos de independência na Ásia.....	III. Integrando com Língua Portuguesa.....
	161
Capítulo 9 – O socialismo real	162
O caso da China	A Guerra do Vietnã
A dominação estrangeira	O caso de Cuba.....
Cai o Império, nasce a República.....	A desigualdade socioeconômica.....
O marxismo na China.....	A revolução cubana.....
Nacionalistas versus comunistas.....	Cuba hoje.....
Nacionalistas e comunistas contra o Japão.....	O caso do Chile.....
A China de Mao Tsé-tung.....	Atividades
A política do Grande Salto.....	I. Retomando
A Revolução Cultural.....	II. Integrando com Ciências
O caso do Vietnã.....	
	178
Capítulo 10 – De Dutra a Jango: uma experiência democrática	180
As eleições de 1945.....	A migração para o Centro-Sul.....
O governo Dutra.....	O governo Jânio Quadros.....
A Constituição de 1946.....	Economia.....
Política econômica.....	Política externa.....
As eleições de 1950.....	A renúncia de Jânio.....
O segundo governo Vargas.....	O governo de João Goulart.....
Trabalhismo, inflação e greve	As Reformas de Base.....
A campanha contra Getúlio	O golpe civil-militar de 1964.....
O governo Café Filho	Atividades
O governo Juscelino.....	I. Retomando
O Plano de Metas.....	II. Integrando com Língua Portuguesa.....
O desenvolvimentismo	
	202
Capítulo 11 – O Regime Militar	203
Militares no poder.....	O Pacote de Abril.....
Os castelistas.....	A batalha pela democracia.....
A linha-dura.....	O novo sindicalismo
A resistência democrática: estudantes, operários e políticos.....	O governo Sarney.....
Os anos de chumbo.....	Economia.....
A luta armada.....	A Constituinte e a nova Constituição.....
A propaganda de massa	Atividades
Economia.....	I. Retomando
O governo Geisel.....	II. Leitura e escrita em História.....
Economia.....	III. Integrando com Língua Portuguesa.....
Política.....	IV. Você cidadão!.....
	225

Figura 18: parte do sumário do livro de Boulos contém uma imagem do período ditatorial brasileiro onde pessoas pediam por eleições diretas.

É possível observar no sumário do livro de Boulos, uma imagem de uma manifestação em prol das eleições diretas.

Capítulo 11 **O Regime Militar**

Observe a foto com atenção.



Evento: Teixeira/CPD/Doc. IBI/Pedagogia

- » **O que ela mostra?**
- » **Quem são os repressores e a quem eles estão reprimindo? Quais os motivos dessa repressão?**
- » **O que esta foto desvela e o que esconde a respeito dos tempos do Regime Militar no Brasil?**
- » **O que você sabe sobre esse regime?**
- » **Já conversou sobre o assunto com um adulto que viveu aqueles tempos?**

A cena retratada ocorreu em frente à Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, RJ, em 4 de abril de 1968.

Figura 19: o assunto ditadura civil-militar sendo introduzido na obra da Coleção História Sociedade & Cidadania.

Ao introduzir o capítulo sobre a ditadura civil-militar (a obra utiliza o termo “Regime Militar”) na página 203, o autor utiliza de uma imagem de repressão contra civis e instiga as/os alunas/os a responderem perguntas, inclusive, perguntando se alguém já conversou sobre o “assunto” com pessoas que viveram “aqueles tempos”.

Na página seguinte, a obra utiliza o termo “golpe civil-militar” para descrever o golpe sofrido por João Goulart. O AI-1 é relatado com mais ênfase nesta obra do que nas outras, ocupando basicamente uma página inteira. Assim como a maioria dos livros aqui analisados, a obra se refere ao golpe com a frase “militares no poder”; aqui, está presente no subtítulo do texto que comenta o Ato Institucional 1.

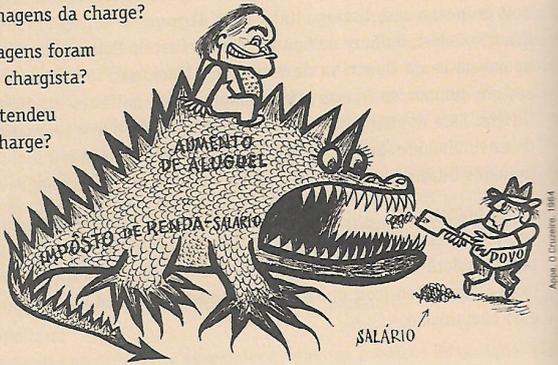
Mesmo que a obra da Coleção História Sociedade & Cidadania tenha sido elaborada e lançada após a instalação e do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, esta não é nem ao menos mencionada durante o capítulo que aborda a ditadura civil-militar. Mesmo que o capítulo tenha uma introdução promissora em relação a abordagem da violação dos direitos humanos durante o período ditatorial brasileiro, o capítulo em si acaba dando mais ênfase em explicar o “milagre econômico” do que em problematizar outras questões, pecando em relação a abordar a violação dos direitos humanos.

Boulos cita rapidamente na página 207 as Leis de Imprensa e Segurança Nacional. No box intitulado "Para saber mais", comenta sobre o *show Opinião*, afirmando que este foi a primeira grande manifestação de protesto dos artistas nacionais contra a ditadura civil-militar. Além do box e de uma breve menção à censura, em comparação aos outros livros aqui analisados, este é o que menos aborda a questão da censura no período ditatorial.

Para refletir 

A charge a seguir foi publicada na revista *O Cruzeiro* em 28 de novembro de 1964, e foi assinada por Appe, pseudônimo de Amilde Pedrosa, artista que a elaborou. Observe-a com atenção.

- Quem são os personagens da charge?
- Como esses personagens foram representados pelo chargista?
- O que o artista pretendeu criticar com essa charge?
- Essa charge é adequada à realidade brasileira hoje?



Appe. *O Cruzeiro*, ano 37, nº 8, 28/11/1964.

Figura 20: charge de Appe utilizada em atividade.

O autor utiliza na página 206 a charge de Appe para abordar a questão econômica do período ditatorial, perguntando aos alunos quem são os personagens da charge e se a charge é adequada à realidade atual (do ano de produção e dos anos de utilização do livro), criando uma ponte entre o conteúdo estudado e o presente.

Nas páginas 208 e 209, os termos "linha dura" e "anos de chumbo" para se referir aos militares durante o governo de Costa e Silva e ao governo de Médici, respectivamente, são utilizados por Boulos, assim como foi utilizado nos livros didáticos anteriores. O assassinato de Edson Luís também é abordado, assim como a Passeata dos Cem Mil. A imagem da Passeata dos Cem Mil utilizada não mostra estudantes ou a população civil "comum" e sim o artista Chico Buarque de Hollanda e o ator Arduíno Colasanti.

A questão da luta armada é mencionada por Boulos em sua obra, onde na página 210, termina o relato do texto intitulado "A luta armada" afirmando que o conflito da Guerrilha do Araguaia acabou em um massacre. Porém a continuidade dessa violência, como mencionado anteriormente neste trabalho, não é abordada.

Assim como na obra de Azevedo e Seriacopi, quando Lula é mencionado como líder do movimento sindical no ABC, não é criada uma ponte entre o passado estudado e o presente, criando a impressão de que o Lula presidente e ex-presidente é uma figura diferente do Lula sindicalista lutando pela democracia.

O livro didático da Coleção História Sociedade & Cidadania, mesmo sendo o mais atual dos livros didáticos analisados não menciona como povos indígenas, pessoas negras e pessoas LGBTQIA+ sofreram repressão e tiveram os direitos humanos violados de forma grave durante o período da ditadura civil-militar. O único momento em que os povos indígenas são mencionados é na página 221, no momento em que o autor já está abordando a nova Constituição de 1988, após o final da ditadura civil-militar.



Figura 21: único momento em que povos indígenas são mencionados no livro da Coleção História Sociedade & Cidadania.

ATIVIDADES

ESCREVA NO CADERNO.

I. Retomando

1. **(Unicamp-SP)** O historiador Daniel Aarão Reis tem defendido que o regime instaurado em 1964 não seja conhecido apenas como “ditadura militar”, mas como “ditadura civil-militar”, pois contou com a participação civil. Para exemplificar o envolvimento civil, é possível citar:

- a) manifestações populares como a “passeata dos 100 mil”, a campanha pela anistia e as “Marchas da família com Deus e pela liberdade”.
- b) a atuação homogênea do clero brasileiro e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que temiam a instauração do comunismo no país.
- c) a participação da população nas eleições parlamentares, legitimando as decisões políticas por meio de referendos.
- d) o apoio de empresários, grupos midiáticos, políticos civis e classes médias urbanas que davam sustentação aos militares.

Figura 22: atividade sobre o uso do termo "golpe civil-militar".

Em relação às atividades propostas no livro de autoria de Boulos, vale ressaltar a atividade retirada do vestibular da Unicamp (não especificado o ano) onde é utilizado o termo "ditadura civil-militar", não utilizado em nenhum dos livros didáticos analisados até o momento.

Podemos perceber que as abordagens sobre ditadura civil-militar nos livros didáticos destinados ao ensino médio, embora sejam diferentes em diversos aspectos, ainda são parecidas, especialmente em questão de negligenciar e ressaltar os mesmos assuntos.

4. Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, analisamos diversos aspectos sobre a abordagem dos livros didáticos a respeito da temática de ditadura civil-militar no Brasil. Podemos perceber diversas nuances contidas nos livros didáticos, que vão desde a escolha das cores do design e a forma de organizar as obras em unidades, até marcas gráficas, como o uso de aspas para chamar atenção para algo, a exemplo da presença de aspas para falar-se do “milagre” econômico ocorrido durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Além de perceber quais temas foram mais destacados (como, por exemplo, a censura aplicada aos músicos do período), foi possível perceber o silenciamento de temas como a violência aos povos indígenas (mesmo com obras que pertencem a coleções com títulos advindos de palavras de origem indígena) e às pessoas negras durante o período da ditadura militar no Brasil, ainda que a BNCC indique a importância da abordagem de tais questões. A violência sofrida por pessoas LGBTQIA+ durante o período também é silenciada nas obras didáticas abordadas, mesmo nas mais recentes. A abordagem em relação à luta armada é sem dúvida receosa por parte dos autores. Ao que tange aos conteúdos indicados na BNCC, os livros não dariam conta de todas as indicações contidas no documento, salvo os livros voltados para o Ensino Médio, já que não há nenhuma indicação específica em relação à temática de ditadura civil-militar brasileira. É notável, após a análise, que existem formas de a produção dos conteúdos acerca da ditadura civil-militar brasileira para os livros didáticos melhorar em diversos aspectos, como por exemplo, incluir novos temas de pesquisa, como a violência sofrida pelas minorias durante a ditadura civil-militar.

Como foi mencionado durante o trabalho, os livros didáticos são um instrumento que reflete a sociedade na época de sua produção e utilização. A produção de livros didáticos é uma produção de mercadoria, os livros são feitos para serem consumidos. Dessa forma, temas sensíveis acabam sendo tratados de maneira “podada”, silenciando temas sensíveis dentro dos próprios temas sensíveis. Dessa forma, nós professores e pesquisadores de História podemos apresentar propostas de intervenção em relação a isso. Uma sugestão, é promover aos alunos, a reflexão sobre os motivos para determinados temas acerca da ditadura civil-militar

estarem de fora dos livros didáticos durante a utilização dessas obras. Fica como sugestão para as/os professoras/professores questionarem a si e às/aos alunas/alunos: afinal, a quem estes temas causam incômodo na atualidade?

Fontes

APOLINÁRIO, Maria Raquel (ed.). **Araribá: história: 9º ano**. São Paulo: Moderna, 2010.

AZEVEDO, Gislane.; SERIACOPI, Reinaldo. **História: volume único**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania: 3º ano**. São Paulo: FTD, 2015.

MOCELLIN, Ricardo. CAMARGO, Rosiane, de. **Projeto Apoeima**. Vol. 9. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

5. Referências bibliográficas

- ALVIM, Cristina Yara. **O livro didático na batalha de idéias: vozes e saber histórico no processo de avaliação do PNLD**, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010. 150 f.
- BAUER, Caroline Silveira; GASPAROTTO, Alessandra. **O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula**. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à memória e à verdade**. Brasília, 2007.
- BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 09 jun. 2022.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- CENTENO, Carla Villamaina. O manual didático Projeto Araribá história no município de Campo Grande, MS (2008). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 37e, p. 20–35, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Online. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, 2004.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.
- GASPAROTTO, Alessandra. O Direito à Memória e à Verdade e a consolidação dos Direitos Humanos: O que nos conta a experiência brasileira?. In: Aureli Alves de Alcantara... [et al.]. (Org.). **Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos? Memória e Cidadania 2020**. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2020, p. 102-124.
- JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina, FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Ática: 2004.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: SBHE, v. 12, n. 30, 2012, p. 179-197.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, set./dez. 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto. 2005.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato; **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo. Editora Planeta, 2010.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone, MACHADO, Vanderlei. **A história recente nos livros didáticos: a ditadura militar e a questão da anistia no Brasil**. In: Cadernos do Aplicação, Porto Alegre, v. 23, n. 1, jan./jun. 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique; **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto. 3º edição. 2010.

SILVA, Jeferson Rodrigo da; De Anônimo a Best-seller: digressões sobre o sucesso do Projeto Araribá - História no PNLD de 2008. **Revista Tempo e Argumento**, vol.4. Núm 2, Julho a Dezembro, 2012, p. 102-127. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

SILVA, Marco Antônio. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por “verdade e justiça” no Brasil**. 2005. São Paulo, SP. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001469076>. Acesso em: 09 jun. 2022.